

# Mentiras e roubos

• O Senado não é casa recomendada à freqüência de menores desacompanhados, senhoras recatadas ou almas sensíveis. Ultimamente, só se ouvem por lá histórias escabrosas de associações de celerados. As mentiras rolam das bocas dos senadores como a vazão dos rios amazônicos na cheia. Uma exceção foi o depoimento de Regina Borges sobre a violação do sigilo do painel de votação.

Dona Regina, diretora do Prodasen por dez anos, fez, na Comissão de Ética, um depoimento de cinco horas que resgatou o perdido som da verdade. Respondeu, com minúcia de detalhes, a todas as perguntas que ensinamos aos jovens repórteres a fazer: como, onde, quando, por que e com quem foi cometido o ilícito. Contou como foi procurada pelo senador José Roberto Arruda para obter o resultado da votação no caso da cassação do senador Luiz Estevão. Narrou seus encontros, pessoais e telefônicos, com o então presidente da Casa, Antônio Carlos Magalhães, para tratar da quebra de sigilo do painel. Contou da angústia que sentiu quando surgiram notícias dos laudos da perícia feita pela equipe da Unicamp e de sua preocupação em resguardar os técnicos que por tanto tempo comandou, gente que considera séria e competente e a quem devia lealdade. Explicou a motivação: atender a um pedido, que entendeu como uma ordem, do presidente do Senado. Na corporação à qual pertence, um pedido vindo do alto da hierarquia, sobretudo quando ocupada por um personagem com a tradição de truculência de ACM, é mesmo um ordem, para ser cumprida sem discussão.

Os senadores envolvidos nos escândalos não se deram conta de que o país hoje dispõe de tecnologia capaz de desmentir os mais onipotentes. Foi a tecnologia que permitiu a gravação da conversa entre ACM e procuradores da República. Depois, foi a tecnologia dos laboratórios da Unicamp que permitiu a degravação da conversa, que se pensava inaudível, na qual o senador, aparentemente por bazofia, revela saber que a então líder do PT, Heloísa Helena, votara contra a cassação do colega ladrão. Foi a tecnologia que permitiu a revelação da vulnerabilidade do sistema e a comprovação de ter sido violado. No caso da Sudam, é a tecnologia que permite o cruzamento de dados das falcatrias e revela a quem beneficiam. Finalmente, existe tecnologia ainda a ser acessada para se saber se e a que horas ACM ligou para a casa de dona Regina para agradecer-lhe o presente das listas.

O que a tecnologia não permite saber é o motivo que levou dois importantes senadores a desejar tanto conhecer os votos de seus colegas, a ponto de se mancomunarem para cometer

um ilícito considerado quebra de decoro parlamentar que poderia levar à perda de seus mandatos. A pergunta "a quem beneficia o crime?" continua sem resposta. Os advogados do ex-senador Luiz Estevão certamente arguirão na Justiça a nulidade da votação que o privou de seu mandato. Acontece que ele não perdeu o mandato por ser conhecido o voto de Heloísa Helena a seu favor, e sim porque roubou dinheiro público.

Antônio Carlos dirá, em sua defesa, que não se encontrou com dona Regina antes de o ilícito ter sido cometido. Indagará por que ela, que reconhece em seu depoimento nunca ter antes recebido dele uma sugestão para que praticasse um ato incorreto, não conferiu com ele a ordem de quebrar o sigilo do painel de votação, por intermédio de Arruda.

Ao sair da sessão da Comissão de Ética, o senador Roberto Saturnino, reconhecidamente um homem honrado e justo, fez um comentário: "Roubar milhões do povo é muito mais sério do que violar o painel de votação. Os dois fatos devem ser apurados com rigor e devem ter a punição adequada".

Com essa observação, Saturnino voltou a jogar os holofotes sobre Jader Barbalho, que já se lavava em água de rosas com a desdita de seu adversário. A revista "Veja" que estará amanhã nas bancas apresenta novas e pesadas provas contra o presidente do Senado. E torna mais difícil que possa escapar sem explicar a origem de sua opulenta fortuna. Colocar um ladrao escrachado no terceiro lugar da ordem de sucessão da Presidência da República em troca da eleição de Aécio Neves para a presidência da Câmara foi um erro político do presidente Fernando Henrique Cardoso cujas consequências ainda não se esgotaram.

Arruda é carne queimada, como a da camponesa acusada de bruxaria pela Santa Inquisição em "O nome da rosa". Vai perder o mandato. O Palácio do Planalto já buscou um substituto definitivo para o lugar de líder do governo. O senador José Fogaça foi convidado para o cargo pelo assessor presidencial Moreira Franco. Só que, embora se disponha a cooperar com o presidente, não podia pagar o preço pedido: a ignomínia de retirar sua assinatura do requerimento de instalação da CPI da Corrupção.